Processo TC 035.657/2015-4 (com 33 peças)
Tomada de contas especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Em face do que restou apurado nos autos, o Ministério Público de Contas manifesta-se, em essência, de acordo com a proposta de encaminhamento apresentada pela Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão. Considera pertinente, no entanto, a realização de alguns ajustes formais e de modificação na redação de sua alínea “e”, com o objetivo de deixar claro que não há incidência de juros moratórios sobre as parcelas das dívidas resultantes de aplicação de multa, em face do que prescreve o art. 59 da Lei 8.443/1992. Com tais alterações, o encaminhamento sugerido passa a ser o seguinte:

a) considerar revéis os Srs. José Ribamar Soares e Helinaldo da Silva Costa e o Instituto Ecovida (IEV), com amparo no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

b) julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “a” e “c”, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, as contas do Instituto Ecovida (IEV), CNPJ 08.105.377/0001-17, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), do sr. José Ribamar Soares, CPF 653.390.023-49, e do sr. Helinaldo da Silva Costa, CPF 279.445.813-20, condenando-os solidariamente ao pagamento da quantia de R\$ 85.558,05, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 19/5/2010, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores eventualmente já ressarcidos.

c) aplicar aos responsáveis, sr. José Ribamar Soares, CPF 653.390.023-49, sr. Helinaldo da Silva Costa, CPF 279.445.813-20, e Instituto Ecovida (IEV), CNPJ 08.105.377/0001-17, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

d) autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

e) autorizar desde já, caso solicitado antes do envio do processo para cobrança executiva, o pagamento das dívidas dos srs. José Ribamar Soares e Helinaldo da Silva Costa e do Instituto Ecovida (IEV), em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os encargos previstos na legislação em vigor, sendo que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor; e

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

f) encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

Brasília, 6 de abril de 2018.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador